



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640052 - SC (2021/0012767-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : OSVALDO JOSE DUNCKE  
**ADVOGADO** : OSVALDO JOSE DUNCKE - SC034143  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : EMERSON CARLOS SANTIN (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON CARLOS SANTIN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5003972-62.2019.8.24.0007).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o impetrante a desproporcionalidade do aumento da pena-base em 1/2 pela quantidade da droga apreendida, sendo devida a sua alteração.

Assevera que o apenado preenche os requisitos para a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, na fração de 2/5.

Alega que, com a incidência da minorante do tráfico, será cabível a fixação do regime inicial aberto ou semiaberto.

Requer, liminarmente, o redimensionamento da pena do paciente e a alteração do modo prisional para o diverso do fechado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência